



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2020

REGISTRO DE PREÇOS

MENOR PREÇO POR ITEM

LICITAÇÃO COM COTA DE 25%
RESERVADA PARA ÀS BENEFICIÁRIAS DA
LEI COMPLEMENTAR Nº123/2006*

*LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

O Município de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul, torna público que no dia **08/07/2020, às 09 horas**, na Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos-SMPOP, localizada na Rua Vereador Eurico Batista da Silva, nº 64, na cidade de São Borja/RS, realizará processo licitatório na MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, cujas especificações detalhadas encontram-se no item 01- Do Objeto e no Anexo I.

A licitação será regida pelas cláusulas e condições do presente edital de Pregão Presencial e pela legislação abaixo, bem como, pelas demais normas legais pertinentes:

- a) Lei Federal nº 8.666/1993;
- b) Lei Federal nº 10.520/2002;
- c) Lei Municipal nº 3.025/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 8.497/2002;
- d) Decreto Municipal nº 8.927/2003;
- e) Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- f) Demais legislações pertinentes.

ENTREGA DOS ENVELOPES:

Encerrar-se-á às 08 h 30 min do dia **08/07/2020**

SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:

às 09 horas do dia **08/07/2020**

1 – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, **objetivando o registro de preço de materiais de construção – II, para todas as secretarias**, cujas especificações detalhadas encontram-se no item 01- Do Objeto, de acordo com o termo de referência e processo de compra nº 6621/2020.

1.2. Os quantitativos dos itens 42, 69, 73 e 74, da relação abaixo está dividido em ampla concorrência, no percentual de 75% (setenta e cinco por cento) e cota reservada no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) para participação exclusiva das ME's, EPP's e MEI's, que atendam as exigências deste edital, sem prejuízo de participação na cota ampla concorrência, em atendimento à Lei nº 123/06, com as alterações introduzidas pela Lei nº 147/2014.

1.3. Os demais itens serão exclusivamente destinados às **MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.**

1.4. As descrições e quantidades são as seguintes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

Item	Un	Quantidade			Descrição/Objeto	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor TOTAL (R\$)
		Ampla	Cota	Exclusiva			
01	UN			140	JOELHO ESGOTO 90° 75MM	6,20	868,00
02	UN			140	JOELHO SOLDÁVEL 45° 25MM	1,62	226,80
03	UN			140	JOELHO SOLDÁVEL 45° 32MM	3,60	504,00
04	UN			140	JOELHO SOLDÁVEL 45° 50MM	5,23	732,20
05	UN			140	JOELHO SOLDÁVEL 90° 25MM	1,07	149,80
06	UN			130	JOELHO SOLDÁVEL 90° 20MM X 1/2'	1,63	211,90
07	UN			135	JOELHO SOLDÁVEL 90° 25MM X 3/4'	3,33	449,55
08	UN			130	JOELHO SOLDÁVEL 90° 32 MM	2,74	356,20
09	UN			130	JUNÇÃO DE ESGOTO 45° 50MM.	5,57	724,10
10	UN			68	LINHA DE NYLON P/PEDREIRO 0,80MM X 100M.	11,10	754,80
11	M			300	LIXA D'ÁGUA GRÃO Nº 80	1,84	552,00
12	M			204	LIXA FERRO GRÃO Nº 100.	2,78	567,12
13	M			155	LIXA FERRO GRÃO Nº 120	2,88	446,40
14	M			100	LIXA FERRO GRÃO Nº80.	3,05	305,00
15	BOB			60	LONA PRETA 6X100M 200 MICRAS	1.079,67	64.780,20
16	BOB			54	LONA PRETA 8 X 100 150 MICRAS	1.303,00	70.362,00
17	BOB			160	PARAFUSO MADEIRA 51X100	0,71	113,60
18	BOB			52	LONA PRETA 8 X 100 200 MICRAS.	1.265,97	65.830,44
19	UN			125	LUVA ESGOTO 40MM	1,75	218,75
20	UN			125	LUVA 50MM ESGOTO	2,85	356,25
21	UN			85	LUVA ESGOTO 75MM	4,38	372,30
22	UN			85	LUVA ESGOTO REDUÇÃO 50X40MM	2,86	243,10
23	UN			120	LUVA 100 MM. ESGOTO	6,39	766,80
24	UN			110	LUVA GALVANIZADA DE 1 1/4	13,56	1.491,60
25	UN			120	LUVA SOLDÁVEL 25MM	1,19	142,80
26	UN			120	LUVA SOLDÁVEL 32MM	2,38	285,60
27	UN			120	LUVA SOLDÁVEL DE 50MM	5,85	702,00
28	UN			120	LUVA REDUÇÃO 3/4 PARA 1/2	2,38	285,60
29	RL			78	MANGUEIRA PRETA 1 POLEGADA, ROLO COM 100 METROS	262,98	20.512,44



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

30	RL			47	MANGA PRETA 1/2 POLEGADA ROLO COM 50 METROS	67,44	3.169,68
31	RL			75	MANGUEIRA PARA JARDIM COM 30 METROS, ACOMPANHA CONEXÃO DA TORNEIRA E ESGUICHO	83,50	6.262,50
32	RL			92	MANTA ASFÁLTICA ALUMINIZADA DE 30CM X 10M	33,23	3.057,16
33	LT			130	MASSA CORRIDA, 18 L.	81,73	10.624,90
34	UN			1600	PARAFUSO COM BUCHA 8MM	0,75	1.200,00
35	UN			540	PARAFUSO COM BUCHA DE FIXAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO 12MM.	8,23	4.444,20
36	UN			530	PARAFUSO SEXTAVADO COM BUCHA 10MM	1,10	583,00
37	UN			330	PARAFUSO SOBERBO 4,5 X 30 1 POLEGADA	0,94	310,20
38	UN			1450	PARAFUSO PARA TELHA COMPLETO	3,08	4.466,00
39	UN			111	PINCEL TRINCHA 2", COM CERDAS GRIS SELECIONADAS FIXADAS AO CABO POR UMA CINTA METÁLICA. POSSUI CABO PLÁSTICO DE ÓTIMA RESISTÊNCIA E COM FURO PARA SER PENDURADO EM PAINÉIS	8,16	905,76
40	UN			111	PINCEL TRINCHA 3, COM CERDAS GRIS SELECIONADAS FIXADAS AO CABO POR UMA CINTA METÁLICA. POSSUI CABO PLÁSTICO DE ÓTIMA RESISTÊNCIA E COM FURO PARA SER PENDURADO EM PAINÉIS.	13,73	1.524,03
41	UN			111	PINCEL TRINCHA 4, CERDAS GRIS SELECIONADAS FIXADAS AO CABO POR UMA CINTA METÁLICA, CABO PLÁSTICO DE ÓTIMA RESISTÊNCIA E COM FURO PARA SER PENDURADO EM PAINÉIS	47,43	5.264,73
42	M³	1.174	391		PÓ DE BRITA	93,20	145.858,00
43	M²			700	PISO CERÂMICO PEI 4, 45X45CM - COR CLARA E/OU BRANCO	18,33	12.831,00
44	KG			70	PREGO 12X12, C/CABEÇA	17,20	1.204,00
45	KG			52	PREGO 12 X 12 S/CABEÇA	18,93	984,36
46	KG			53	PREGO 13 X 18 C/ CABEÇA	14,72	780,16
47	KG			85	PREGO 15 X 15 C/ CABEÇA	15,73	1.337,05
48	KG			49	PREGO 16 X 24 COM CABEÇA	13,83	677,67
49	KG			85	PREGO 17 X 27 COM CABEÇA	13,35	1.134,75
50	KG			51	PREGO 17X27 SEM CABEÇA	13,51	689,01
51	KG			60	PREGO 19 X 36 COM CABEÇA	16,70	1.002,00
52	KG			48	PREGO 22 X 48 C/ CABEÇA	16,50	792,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

53	PCT			160	PREGO TELHEIRO 18 X 30, 500G.	15,26	2.441,60
54	LT			160	SELADOR ACRÍLICO, LATA DE 18 LITROS, HOMOLOGADO PELA ABRAFAT.	97,80	15.648,00
55	UN			95	SIFÃO TUBO EXTENSIVO UNIVERSAL COM PORCA EM POLIPROPILENO BRANCO 31,3CM	14,59	1.386,05
56	UN			120	TE ESGOTO 100MM	11,96	1.435,20
57	UN			100	TE ESGOTO COM REDUÇÃO 100MM X 50MM	13,87	1.387,00
58	UN			90	TE 40MM ESGOTO	4,20	378,00
59	UN			100	TE 50MM ESGOTO	5,87	587,00
60	UN			90	TE 40MM SOLDÁVEL	9,20	828,00
61	UN			90	TE 50MM SOLDÁVEL	9,65	868,50
62	UN			90	TE SOLDÁVEL 25 MM	1,87	168,30
63	UN			90	TE 32MM SOLDÁVEL	3,93	353,70
64	UN			90	TE SOLDÁVEL COM REDUÇÃO 32MM X 25MM	6,24	561,60
65	UN			320	TELHA CUMEEIRA EM ALUZINCO 1,10MX0,60M	39,62	12.678,40
66	UN			220	TELHA CUMEEIRA 15° 6MM EM FIBROCIMENTO 110X53CM	40,17	8.837,40
67	UN			120	TELHA ONDULADA FIBRA INCOLOR 1MM 2,4MX1,10M	61,50	7.380,00
68	UN			110	TELHA DE FIBROCIMENTO 2,4M X 1,10M 5MM	38,65	4.251,50
69	UN	1710	570		TELHA ONDULADA FIBROCIMENTO 6MM 1,83MX1,10M	41,93	95.600,40
70	LT			275	THINNER 900ML	13,85	3.808,75
71	UN			26000	TIJOLOS 06 FUIROS GRANDE 10X14X19	0,50	13.000,00
72	UN			26000	TIJOLO DE CANCHA	0,42	10.920,00
73	LT	237	78		TINTA ACRÍLICA ACETINADA, COR BRANCO GELO, EM LATA COM 18 L.	325,73	102.604,95
74	LT	237	78		TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO COR AZUL CELESTE, 18 LITROS	349,90	110.218,50
75	LT			283	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO COR AZUL ESCURO PARA PISO 18 LITROS	247,53	70.050,99
76	LT			142	TINTA PISO , COR CINZA, GALÃO 18 LITROS	182,99	25.984,58
77	LT			295	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO BRANCA LATA C/ 18 LITROS	264,45	78.012,75
78	GL			160	TINTA ESMALTE SINTÉTICO AUTO BRILHO AZUL FRANÇA 3,6 LTS	68,93	11.028,80
79	GL			61	TINTA ESMALTE SINTÉTICO SEMI-	86,93	5.302,73



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

					BRILHO AMARELO 3,6L		
80	GL			102	TINTA ESMALTE SINTÉTICO SEMI-BRILHO BRANCO 3,6L	85,98	8.769,96
81	GL			82	TINTA ESMALTE SINTÉTICO SEMI-BRILHO, COR VERDE FOLHA, 3.6L	87,60	7.183,20
82	GL			70	TINTA ESMALTE SINTÉTICO SEMI-BRILHO VERMELHO 3,6L	86,93	6.085,10
83	GL			72	TINTA ESMALTE SINTÉTICA, COR SALMÃO, 3,6 LITROS	99,27	7.147,44
84	GL			75	TINTA ZARCÃO COR CINZA 3,6 LITROS.	89,25	6.693,75
85	UN			140	TORNEIRA 3/4 PRETA PARA JARDIM.	3,70	518,00
86	UN			98	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO CROMADA BICA BAIXA 1/2'	52,26	5.121,48
87	UN			130	TUBO PARA CAIXA DE DESCARGA 40MM, 1,20M	17,02	2.212,60
88	UN			110	TUBO PVC ESGOTO 300MM X 6M	585,00	64.350,00
89	SC			185	REJUNTE BRANCO SACO DE 1KG	4,31	797,35
90	UN			330	RIPA DE CEDRINHO 5 CM X 2 CM X 3 METROS	14,30	4.719,00
91	UN			175	ROLO PARA PINTURA EM ESPUMA DE 5 CM COM SUPORTE	4,92	861,00
92	UN			160	ROLO DE ESPUMA 9CM C/ CABO	6,60	1.056,00
93	UN			145	ROLO DE ESPUMA 23CM, COM GARFO	21,63	3.136,35
94	UN			145	ROLO DE ESPUMA 23 CM, SEM GARFO	13,67	1.982,15
95	UN			175	ROLO DE LÃ 9CM SEM GARFO	8,77	1.534,75
96	UN			185	ROLO DE LÃ, 15CM, C/CABO, SEM RESPINGO.	14,66	2.712,10
97	UN			175	ROLO DE LÃ, 15CM, SEM GARFO	12,45	2.178,75
98	UN			175	ROLO DE LÃ 23CM SEM GARFO, ALTURA DA LÃ 9MM, EM POLIAMIDA TRAMADA EM TECIDO	29,14	5.099,50
99	UN			210	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO C/GARFO 23 CM. ALTURA DA LÃ 22MM	29,66	6.228,60
100	UN			74	VASO SANITÁRIO BRANCO	161,67	11.963,58
101	GL			55	TINTA ESMALTE SINTÉTICO SEMI BRILHO, COR PRETO, GALÃO DE 3,6 LITROS	95,06	5.228,30
102	GL			90	TINTA ESMALTE SINTÉTICO SEMI BRILHO, COR CINZA MÉDIO, GALÃO DE 3,6 LITROS	95,06	8.555,40
103	GL			70	TINTA ESMALTE SINTÉTICO SEMI BRILHO, COR BRANCO GELO, GALÃO DE 3,6 LITROS	98,45	6.891,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

104	UN		50	LUVA DE PRESSÃO 32MM	3,08	154,00
105	UN		50	LUVA DE PRESSÃO 25MM	1,03	51,50
106	UN		50	LUVA DE PRESSÃO 20MM	0,97	48,50
107	M		3000	MANGA PRETA 3/4 2,5MM	2,92	8.760,00
108	M		3000	MANGA PRETA 1 " X 2,5MM	3,82	11.460,00
109	M		3000	MANGA PRETA 1' 1/4 X 2,5MM	8,80	26.400,00
110	M ²		100	PISO DE BORRACHA PASTILHADO 50X50X2MM.	60,04	6.004,00
Valor total (R\$)						1.252.040,07

2 – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas que atenderam todas as exigências constantes neste edital.

2.2. Na cota destinada a ampla concorrência poderão participar todas e quaisquer empresas, inclusive as beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006.

2.3. Na cota reservada e licitação exclusiva, poderão participar **apenas** Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP ou Microempreendedores Individuais – MEI.

2.4. Consideram-se ME, EPP e MEI aptas à participação no presente certamente aquelas que preenchem os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no Parágrafo Quarto do referido artigo 3º.

2.5. Para a participação neste certame, aproveitando os benefícios da Lei complementar nº 123/2006, a licitante deverá apresentar **fora dos envelopes da proposta e da habilitação**, no momento do credenciamento.

a) Documento legal, que comprove o seu efetivo enquadramento (tal documento é emitido pelos seguintes órgãos: Junta Comercial do Estado, Receita Federal OU Secretaria Estadual da Fazenda-SEFAZ, sendo necessário a apresentação de somente um desses) ou declaração do representante legal da empresa ou do contador, devidamente assinado e, no caso de ser assinada pelo contador, número do registro no conselho de contabilidade, sendo necessário a apresentação de somente um desses.

b) Os Microempreendedores Individuais (MEI), deverão comprovar sua condição mediante a apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, que poderá ser obtido no endereço: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/Certificado>, acompanhado do RG e CPF.

c) Se a licitante encaminhar sua proposta, e não se fizer representar no momento do credenciamento, deverá encaminhar os documentos exigidos na alínea “a” ou “b” do item 2.5 deste edital fora dos envelopes para aproveitar as beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006.

d) Não apresentada a documentação exigida na alínea “a” ou “b” do item 2.5, a empresa será impedida de participar da competição relativa à cota reservada e à exclusiva, e não poderá se aproveitar dos demais benefícios da Lei complementar nº 123, de 14.12.2006.

2.6. Não havendo interessados (ME/EPP/MEI) na cota reservada, o valor do lance vencedor da cota ampla concorrência poderá ser aplicado automaticamente à cota reservada.

2.7. Os licitantes enquadrados como ME/EPP/MEI poderão cotar tanto da cota ampla concorrência quanto da cota reservada. Os demais licitantes, não enquadrados como ME/EPP/MEI, somente poderão cotar a cota ampla concorrência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

2.8. Se o mesmo licitante vencer a cota reservada e a cota ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado.

2.9. Será vedada a participação de:

- a) Empresas em consórcio;
- b) Empresas em processo de falência e concordata;
- c) Empresas que sofreram as penalidades previstas no art. 87, inciso IV da Lei 8.666/93.
- d) Direta ou indiretamente empresa(s) que tenha(m) sócio(s) ou empregado(s) que sejam servidores do Poder Executivo do Município de São Borja – RS.

2.10. O fornecedor poderá fazer o seu pré-cadastro junto ao Departamento de Contratos e Licitações – DCL. Para efetuar-lo, o licitante deverá preencher o formulário de cadastro de fornecedor e instruí-lo com a documentação pertinente, disponível nesse departamento, ou solicitá-lo através do fone/fax (55) 3431-4457 ramal 277.

2.11. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas, por seu representante, quando for o caso, em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3 - DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Toda vez que for constatado, através de pesquisa de preços realizada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos-SMPOP, que os valores registrados na Ata de Registro de Preços estão divergentes daqueles praticados no mercado, a Administração Municipal poderá:

- a) cancelar o item com preço registrado, cujos valores estejam acima dos preços praticados e o promitente não aceite adequá-lo ao mercado;
- b) promover ajuste do preço registrado na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos no art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei n.º 8.666/93, mediante comprovação oficial fundamentada e aceita pela Administração Municipal.

4 - DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

4.1. Para fins de credenciamento, a proponente deverá enviar um representante munido de documento que o credencie à participação, respondendo este pela representada.

4.2. O **credenciamento** far-se-á mediante o preenchimento do Termo de Credenciamento, constante do **Anexo II**, e a sua entrega mediante a apresentação de documento de identidade de pessoa credenciada, juntamente com apresentação da cópia autenticada do ato constitutivo da empresa, do estatuto ou contrato social, ou

4.2.1. Instrumento público ou particular de procuração, com poderes expressos para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente juntamente com apresentação da cópia autenticada do ato constitutivo da empresa, do estatuto ou contrato social, ou

4.2.2. Em se tratando do representante ser diretor, sócio, proprietário ou assemelhado, da licitante, o credenciamento poderá se dar mediante apresentação da cópia autenticada do ato constitutivo da empresa, do estatuto ou contrato social e seus termos aditivos, acompanhado do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso, desde neles constem poderes para tal.

4.3. No caso de requerimento de empresário, quando houver alterações, as mesmas deverão ser acompanhadas da inscrição em cópia autenticada.

4.4. Os documentos apresentados deverão ser entregues em original ou por qualquer processo de cópia legível e autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

4.5. Os documentos relativos ao credenciamento; documento legal, que comprove o seu efetivo enquadramento como MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, Anexo II e a Declaração de Habilitação, constante do Anexo III, deverão ser entregues separadamente, dos envelopes 01 (Proposta de Preços) e 02 (Documentos de Habilitação).

4.6. O fornecedor, ao nomear representante para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento, nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado.

5 – DAS PROPOSTAS

5.1. As propostas, devidamente preenchidas, deverão ser apresentadas no ENVELOPE nº 01, sob pena de desclassificação.

5.1.1. Regras obrigatórias no preenchimento da proposta:

- a) o preço deverá ser cotado com até duas casas decimais;
- b) deve fazer menção ao número do Pregão;
- c) deve ser datado e assinado, pelo representante legal da empresa;
- d) deve conter número de inscrição do CNPJ da empresa;
- e) não deve conter cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas;
- f) deverá ser digitada ou datilografada, NÃO podendo ser manuscrita;
- g) Marca

5.2. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega da mesma, sendo desconsiderada qualquer informação ao contrário.

5.3. Prazo de entrega é de até 05 (cinco) dias após recebimento da OC (ordem de compra).

5.4. Proposta de Preços, de acordo com o **Anexo I** deste edital, está sendo disponibilizado apenas como modelo, os quantitativos estão previstos no item 1.4. deste edital, a proposta deverá ser preenchida conforme o interesse da empresa e Lei Complementar nº123/2006.

5.5 Os tributos, emolumentos, encargos sociais, contribuições fiscais e parafiscais que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do presente edital e Termo de Compromisso de Fornecimento, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, como definido na Norma Tributária, assim, a licitante declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, custos, emolumentos, encargos sociais, contribuições fiscais e parafiscais, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

5.6. O preço cotado deverá ser referido à data de recebimento das propostas, considerando-se a condição de pagamento à vista, não devendo por isso, ser computado qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

5.7. Para correta elaboração da proposta de preços, deverá a empresa examinar todos os documentos exigidos no edital e, finalmente, atender a todas as exigências contidas no edital e nos seus anexos.

5.8. O preço é fixo e só reajustável na forma da Lei.

5.9. Não será aceita cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei.

5.10. Não serão consideradas ofertas de vantagens não previstas neste edital.

5.11. O pregoeiro desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências deste edital, bem como as que ofertarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, nos termos da lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

5.12. Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão comunicando aos fornecedores classificados.

5.13. O valor inicial dos lances corresponderá ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

5.14. No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, considerará os valores obtidos na etapa de propostas.

5.15. O Envelope nº 01 deverá ser endereçado da seguinte forma:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA-RS

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos - SMPOP

PREGÃO PRESENCIAL nº 15/2020/PP/SMPOP/DCL

(razão social, endereço e CNPJ/MF da empresa se o envelope não for timbrado com estas informações)

6 – DA HABILITAÇÃO

6.1. Para habilitação neste Pregão, a licitante CONTRATADA da melhor oferta deverá comprovar, mediante apresentação no ENVELOPE 2, sob pena de inabilitação:

6.1.1. Documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

I - registro comercial, no caso de empresa individual;

II - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, já adequados a Lei Federal nº 10.706/02.

III – inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de eleição da diretoria em exercício;

IV – decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

6.1.1.2. Os documentos acima mencionados ficam dispensados caso já tenham sido apresentados no credenciamento.

6.1.1.3. A apresentação do contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, substitui a apresentação das alterações do mesmo, desde que já adequado a Lei Federal nº 10.406/02

6.1.1.4. No caso de requerimento de empresário, quando houver alterações, as mesmas deverão ser acompanhadas da inscrição em cópia autenticada.

6.1.2. Documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA**:

I – prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II – prova de inscrição no Cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação:

a) a comprovação da inscrição no cadastro de contribuintes estadual dar-se-á através do Documento de Identificação da Receita Estadual (DI/RE); exceto para Microempreendedor Individual (MEI) e àquelas empresas que tem a sua atividade comercial exclusivamente de prestação de serviços;

b) a comprovação da inscrição no cadastro de contribuintes municipal dar-se-á através de alvará de localização e funcionamento vigente. Para o Microempreendedor Individual poderá ser apresentado, em substituição ao alvará de localização e funcionamento, em caráter provisório, pelo período de 90 (noventa) dias, o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, após este período deverá, apresentar o Alvará de Localização e Funcionamento;

III – prova de Regularidade com a **Fazendas Federal** (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), **Estadual** e **Municipal** do domicílio ou sede do licitante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

IV – Certidão Negativa de Débito (CND) relativa à Seguridade Social, dispensável quando incluída na Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme item acima.

V – Certificado de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS;

VI – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A, artigo 642-A da CLT, artigo 27, inciso IV e artigo 29, inciso V da Lei 8.666/93, alterados pela Lei Nº 12.440/2011.

6.1.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.1.3.1. Para o item 42.

a) Apresentação de Licença de Operação, fornecida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitida em nome da empresa responsável pela extração da areia e brita que são itens do presente edital.

b) Declaração da empresa extratora de areia e brita, confirmando que fornece os produtos para a licitante.

6.1.4. Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.

6.1.5. DECLARAÇÕES DO ANEXO IV.

6.2. Os documentos necessários à habilitação das empresas poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, conforme Art. 32 da Lei nº 8.666/93.

6.3. Os documentos solicitados deverão estar no prazo de validade neles previstos que, uma vez não mencionado, será considerado como sendo até 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão, à exceção do(s) atestado(s) de capacidade técnica que não serão objeto de aferição quanto a esse aspecto.

6.4. Toda a documentação apresentada pela licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer à empresa que efetivamente fornecerá o objeto, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) deverá ser o mesmo em todos os documentos, exceto se, comprovadamente, demonstrar que o recolhimento de contribuições (INSS e FGTS) e/ou balanço é centralizado.

6.5. O fornecedor poderá fazer o seu pré-cadastro junto a Departamento de Contratos e Licitações - DCL. Para efetuá-lo, o licitante deverá preencher o formulário de cadastro de fornecedor e instruí-lo com a documentação pertinente, disponível nesse departamento, ou solicitá-lo através do fone/fax 55 3431-9428.

6.6. Certificado de Registro Cadastral da Prefeitura Municipal de São Borja, substitui os documentos solicitados no presente item (06), **exceto a declaração do item 6.1.5**, desde que as certidões exigidas no cadastro estejam com datas válidas bem como o respectivo certificado.

6.7. O envelope Nº 02, contendo todos os documentos exigidos no item 5 e seus subitens, deverá ser endereçado da seguinte forma:

ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA-RS

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos-SMPOP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2020/PP/SMPOP/DCL

(razão social, endereço e CNPJ/MF da empresa se o envelope não for timbrado com estas informações)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

7 – DA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

7.1. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público, denominado PREGOEIRO, que conjuntamente com a equipe de apoio, dará sequência ao processo de Pregão.

7.2. A realização do procedimento estará a cargo do pregoeiro nomeado por esta Administração Pública, que terá, em especial, as seguintes atribuições: abrir e analisar a aceitabilidade das propostas, verificar a habilitação do proponente classificado em 1º lugar, coordenar os trabalhos da equipe de apoio, responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao certame, motivos, conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço, bem como promover todos os demais atos relativos ao certame.

8 – DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO E DO JULGAMENTO

8.1. No dia, hora e local designados neste edital, será realizada sessão pública para **recebimento das Propostas de Preços e da Documentação de Habilitação**.

8.2. Declarada aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão o pregoeiro, sob pena de exclusão do certame:

8.2.1. Declaração de habilitação, conforme **Anexo III**, de acordo com o inciso VII, artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos da habilitação (**FORA DOS ENVELOPES**);

8.2.1.1. Será oportunizado ao representante, no momento do credenciamento, o preenchimento da declaração de habilitação, caso o participante, por um lapso, não a tenha apresentado.

8.2.2. Documentos de credenciamento do representante, quando for o caso, conforme descrito no item **4 - DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES** deste edital.

8.2.3. Documento legal, que comprove o seu efetivo enquadramento como ME, EPP ou MEI, quando for o caso, conforme descrito no item 2.5. deste edital.

8.2.4. Dois envelopes distintos, opacos e fechados, com a indicação do conteúdo, conforme descrito nos itens 5.15 e 6.7. deste edital.

8.3. Declarada aberta a sessão pelo pregoeiro, será dado início a verificação da documentação apresentada pelas empresas.

8.4. Após o credenciamento, o pregoeiro procederá à abertura do envelope nº 01, contendo a proposta de preços e fará uma análise prévia dos preços e de todos os documentos, visando verificar se os mesmos atendem às especificações e demais exigências constantes deste ato convocatório.

8.4.1. As propostas que não atendam às exigências deste edital serão desclassificadas.

8.5. Após proceder conforme descrito no subitem anterior, o pregoeiro classificará as propostas de preços dos licitantes pré-classificados de acordo com o **menor preço por item**.

8.5.1. As propostas comerciais dos respectivos licitantes serão analisadas, priorizando-se o processamento da COTA RESERVADA, verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

8.5.2. Proponentes que não sejam beneficiários da Lei Complementar nº 123/2006 e apresentarem proposta para a COTA RESERVADA, terão sua proposta desclassificada apenas relativamente a esta cota.

8.6. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

8.7. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora, observadas as disposições para Microempresas e Empresas de Pequenas Porte, beneficiadas neste certame pela Lei Complementar Nº 123/2006.

8.8. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

8.9. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, iniciando-se pela autora da proposta de maior preço, seguindo-se das demais em ordem decrescente de valor, até a proclamação da vencedora.

8.9.1. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.10. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 8.9 e 8.9.1.

8.11. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.12. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se, a proponente desistente, às penalidades constantes neste edital.

8.13. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas, exceto quando, na ampla concorrência, for verificado empate ficto, conforme trata o item 8.17.2 deste edital.

8.14. Não havendo mais interesse dos licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço por item.

8.15. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.16. Em seguida, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.17. O encerramento das etapas competitivas dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.17.1. Encerrada a etapa competitiva da COTA RESERVADA e EXCLUSIVA, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito, podendo negociar com o licitante para obter preço melhor, o qual será registrado em ata.

8.17.2. Encerrada a sessão de lances da cota destinada à AMPLA CONCORRÊNCIA, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para os licitantes beneficiários da Lei Complementar nº 123/2006.

8.17.2.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelos licitantes beneficiários da Lei Complementar nº 123/2006 tenham, após a fase de lances e antes da negociação, um intervalo percentual de até 5% (cinco por cento) superior ao valor da menor proposta ou do menor lance.

8.17.2.2. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) O licitante, beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, detentor da proposta de menor valor será convocado para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

b) Se o licitante beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, convocado na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, aos demais licitantes beneficiários da Lei Complementar nº 123/2006 remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 8.17.2. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a)” deste item.

8.18. Se nenhuma beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, satisfizer as exigências do item 8.17.2. deste edital, será considerada classificado em primeiro lugar o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

8.19. O disposto no item 8.17.2, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006.

8.20. Encerrada a etapa competitiva, realizado o desempate, quando for o caso, e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito, podendo negociar com o licitante para obter preço melhor. Após, fará a classificação pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis.

8.21. Não havendo vencedor para a COTA RESERVADA, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota destinada à AMPLA CONCORRÊNCIA, mediante sua concordância.

8.22. Não havendo vencedor para a cota destinada à AMPLA CONCORRÊNCIA, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da COTA RESERVADA, mediante sua concordância.

8.23. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação do licitante que a tiver formulado e verificado o atendimento às exigências habilitatórias.

8.23.1. Caso a(s) oferta(s) não seja(m) aceita(s) ou se a proponente(s) desatender(em) às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, podendo negociar diretamente com o(s) novo(s) proponente(s), até a apuração da(s) proposta(s) que atenda(m) ao edital, sendo o(s) respectivo(s) proponente(s) declarado(s) vencedor(es).

8.24. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s), sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não seja verificada a hipótese prevista no **item 12.1 deste edital.**

8.25. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo pregoeiro e pelos proponentes presentes.

8.26. Serão **desclassificadas** as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital, que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, que consignarem **preços excessivos** ou manifestamente **inexequíveis**, preços global ou unitário **simbólicos**, irrisórios ou cotação de **valor zero**.

8.27. O pregoeiro ou a autoridade superior poderá pedir esclarecimentos e promover diligências, em qualquer fase da licitação e sempre que julgar necessário, fixando prazos para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo.

8.28. DO TRATAMENTO JURÍDICO DIFERENCIADO DESTINADO AOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI), ÀS MICROEMPRESAS (ME) E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE(EPP):

a) Nas contratações públicas de bens, serviços e obras do Município, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para o MEI, a ME e a EPP, nos termos do disposto na Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Municipal nº 1.727/2010.

b) Todos os documentos relacionados a “regularidade fiscal” devem ser apresentados, mesmo que apresente restrições.

b.1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, conforme previsto no inciso 1º do Art. 43 da Lei complementar nº 123/2006 alterada pela Lei complementar 147/2014, será assegurado o prazo de 05 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública Municipal, para a regularização da documentação, do pagamento ou do parcelamento do débito, e para a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

c) A falta de regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará a decadência do direito à contratação, ou seja, acarretará na inabilitação da empresa, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal no 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação ou revogar a licitação.

d) Na conta ampla concorrência será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para o MEI, ME e EPP, conforme descrito no item 8.17.2.

9 – ACEITE E RECEBIMENTO

9.1. A proponente vencedora obriga-se a fornecer o objeto deste Pregão, em conformidade com as especificações descritas neste edital.

9.2. Toda e qualquer despesa relativa à execução do objeto da licitação, correrá por conta exclusiva da licitante vencedora.

9.3. Deverá ser emitida a devida nota fiscal/fatura discriminativa, após a entrega dos materiais para efetivação do pagamento e liquidação.

10 – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento referente ao objeto desta licitação, será efetuado pela Secretaria Municipal da Fazenda, mediante documento fiscal emitido pela empresa vencedora da licitação, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do seu recebimento, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pela secretaria requisitante.

10.2. Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10.3. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos, ao valor constante da nota fiscal/fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

10.4. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

10.5. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a administração, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

10.6. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

10.7. A Prefeitura não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

10.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante vencedora, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

10.9. A Administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à licitante vencedora.

10.10. Toda e qualquer despesa relativa à execução do objeto da licitação, correrão por conta exclusiva da licitante vencedora.

10.11. Em caso de renovação do contrato, o mesmo poderá sofrer atualização de valores, tendo como base o índice do IGPM/FGV.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

10.12. Em cumprimento ao disposto no Art. 40, XIV, alínea "c" da Lei 8.666/93, o índice a ser utilizado como critério de avaliação financeira para o caso de inadimplemento será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), e os juros de mora serão de 6% ao ano, a contar da notificação do inadimplemento.

11 – DAS PENALIDADES

11.1. Os casos de inexecução total ou parcial do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no artigo 87 de Lei 8.666/93, que são as seguintes:

*I - **Advertência;***

*II – **Multa,***

a) de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, relativo a execução dos serviços em desacordo com o solicitado;

*III - **Suspensão temporária** de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;*

*IV - **Declaração de inidoneidade** para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.*

11.2. Da aplicação das penas previstas no item 11.1 deste edital, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de São Borja na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos – SMPOP.

12 – DO RECURSO E DA IMPUGNAÇÃO

12.1. Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer proponente poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, caso seja acatada sua manifestação pelo pregoeiro, lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada da proponente importará a preclusão do direito de recurso. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.

12.3. Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo.

12.3.1. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, **de forma impressa e entregue tempestivamente na Secretaria de Planejamento.**

12.4.1. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

12.5. Recurso, esclarecimentos e impugnações poderão ser enviadas de forma eletrônica, pelo e-mail licita@saoborja.rs.gov.br, sendo que, posteriormente, deverão os documentos ser remetidos em original ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Eurico Batista da Silva, nº 64, Centro Administrativo Salvador Lionço Pereira Alvarez, diretamente no **Departamento de Licitações e Contratos.**

13 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

13.1. As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta das rubricas orçamentárias do exercício de 2020:

3.3.90.30.24.00.00.00

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A Prefeitura Municipal poderá adiar ou revogar o presente Pregão Presencial por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, observado o disposto na Lei nº 8666/93.

14.2. Nas hipóteses tratadas no subitem anterior serão assegurados aos interessados o contraditório e a ampla defesa.

14.3. Só terão direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas os licitantes ou seus representantes credenciados, o pregoeiro e equipe de apoio.

14.4. O licitante ou seu representante credenciado é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e/ou documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

14.5. O pregoeiro resolverá os casos omissos com base na legislação vigente.

14.6. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

14.7. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. As informações inerentes a este pregão poderão ser obtidas, pelos interessados, na Prefeitura Municipal de São Borja, Secretaria de Planejamento, localizada na Rua Eurico Batista da Silva, nº 64, Centro Administrativo Salvador Lionço Pereira Alvarez, de segunda a sexta feira, no horário normal de expediente, ou pelos telefones (55) 3431-4457, ramais 276 e 216, e 3431-9428 ou pelo e-mail: licita@saoborja.rs.gov.br.

14.9. Fica eleito o foro da cidade de São Borja, estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer controvérsia resultante desta licitação, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.10. Integram o presente edital, independentemente de qualquer transcrição, os anexos: **ANEXO I** (PROPOSTA DE PREÇO), **ANEXO II** (TERMO DE CREDENCIAMENTO), **ANEXO III** (DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO), **ANEXO IV** (DECLARAÇÕES), **ANEXO V** (MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).

São Borja-RS, 03 de junho de 2020.

João Pedro Lopes Daitx
Secretário Municipal de Planejamento Orçamentos e Projetos
Decreto nº 17.444/2017

ANEXO I - PROPOSTA DE PREÇOS

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO			EDITAL NÚMERO: 15/2020/PP/SMPOP/DCL		
PROPONENTE:			CNPJ:		
ENDEREÇO:					
CIDADE:		TELEFONE:		EMAIL:	
BANCO:		AGÊNCIA:		CONTA CORRENTE:	

Item	Un	Quantidade			Descrição/Objeto	Marca	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
		Ampla	Cota	Exclusiva				
01	UN			140	JOELHO ESGOTO 90° 75MM			
02	UN			140	JOELHO SOLDÁVEL 45° 25MM			
03	UN			140	JOELHO SOLDÁVEL 45° 32MM			
04	UN			140	JOELHO SOLDÁVEL 45° 50MM			
05	UN			140	JOELHO SOLDÁVEL 90° 25MM			
06	UN			130	JOELHO SOLDÁVEL 90° 20MM X 1/2'			
07	UN			135	JOELHO SOLDÁVEL 90° 25MM X 3/4'			
08	UN			130	JOELHO SOLDÁVEL 90° 32 MM			
09	UN			130	JUNÇÃO DE ESGOTO 45° 50MM.			
10	UN			68	LINHA DE NYLON P/PEDREIRO 0,80MM X 100M.			
11	M			300	LIXA D'ÁGUA GRÃO N° 80			
12	M			204	LIXA FERRO GRÃO N° 100.			
13	M			155	LIXA FERRO GRÃO N° 120			
14	M			100	LIXA FERRO GRÃO N°80.			
15	BOB			60	LONA PRETA 6X100M 200 MICRAS			
16	BOB			54	LONA PRETA 8 X 100 150 MICRAS			

17	BOB			160	PARAFUSO MADEIRA 51X100			
18	BOB			52	LONA PRETA 8 X 100 200 MICRAS.			
19	UN			125	LUVA ESGOTO 40MM			
20	UN			125	LUVA 50MM ESGOTO			
21	UN			85	LUVA ESGOTO 75MM			
22	UN			85	LUVA ESGOTO REDUÇÃO 50X40MM			
23	UN			120	LUVA 100 MM. ESGOTO			
24	UN			110	LUVA GALVANIZADA DE 1 1/4			
25	UN			120	LUVA SOLDÁVEL 25MM			
26	UN			120	LUVA SOLDÁVEL 32MM			
27	UN			120	LUVA SOLDÁVEL DE 50MM			
28	UN			120	LUVA REDUÇÃO 3/4 PARA 1/2			
29	RL			78	MANGUEIRA PRETA 1 POLEGADA, ROLO COM 100 METROS			
30	RL			47	MANGA PRETA 1/2 POLEGADA ROLO COM 50 METROS			
31	RL			75	MANGUEIRA PARA JARDIM COM 30 METROS, ACOMPANHA CONEXÃO DA TORNEIRA E ESGUICHO			
32	RL			92	MANTA ASFÁLTICA ALUMINIZADA DE 30CM X 10M			
33	LT			130	MASSA CORRIDA, 18 L.			
34	UN			1600	PARAFUSO COM BUCHA 8MM			
35	UN			540	PARAFUSO COM BUCHA DE FIXAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO 12MM.			
36	UN			530	PARAFUSO SEXTAVADO COM BUCHA 10MM			
37	UN			330	PARAFUSO SOBERBO 4,5 X 30 1 POLEGADA			
38	UN			1450	PARAFUSO PARA TELHA COMPLETO			
39	UN			111	PINCEL TRINCHA 2", COM CERDAS GRIS SELECIONADAS FIXADAS AO CABO POR UMA CINTA METÁLICA. POSSUI			

					CABO PLÁSTICO DE ÓTIMA RESISTÊNCIA E COM FURO PARA SER PENDURADO EM PAINÉIS			
40	UN			111	PINCEL TRINCHA 3, COM CERDAS GRIS SELECIONADAS FIXADAS AO CABO POR UMA CINTA METÁLICA. POSSUI CABO PLÁSTICO DE ÓTIMA RESISTÊNCIA E COM FURO PARA SER PENDURADO EM PAINÉIS.			
41	UN			111	PINCEL TRINCHA 4, CERDAS GRIS SELECIONADAS FIXADAS AO CABO POR UMA CINTA METÁLICA, CABO PLÁSTICO DE ÓTIMA RESISTÊNCIA E COM FURO PARA SER PENDURADO EM PAINÉIS			
42	M³	1.174	391		PÓ DE BRITA			
43	M²			700	PISO CERÂMICO PEI 4, 45X45CM - COR CLARA E/OU BRANCO			
44	KG			70	PREGO 12X12, C/CABEÇA			
45	KG			52	PREGO 12 X 12 S/CABEÇA			
46	KG			53	PREGO 13 X 18 C/ CABEÇA			
47	KG			85	PREGO 15 X 15 C/ CABEÇA			
48	KG			49	PREGO 16 X 24 COM CABEÇA			
49	KG			85	PREGO 17 X 27 COM CABEÇA			
50	KG			51	PREGO 17X27 SEM CABEÇA			
51	KG			60	PREGO 19 X 36 COM CABEÇA			
52	KG			48	PREGO 22 X 48 C/ CABEÇA			
53	PCT			160	PREGO TELHEIRO 18 X 30, 500G.			
54	LT			160	SELADOR ACRÍLICO, LATA DE 18 LITROS, HOMOLOGADO PELA ABRAFAT.			
55	UN			95	SIFÃO TUBO EXTENSIVO UNIVERSAL COM PORCA EM POLIPROPILENO BRANCO 31,3CM			
56	UN			120	TE ESGOTO 100MM			
57	UN			100	TE ESGOTO COM REDUÇÃO 100MM X 50MM			
58	UN			90	TE 40MM ESGOTO			

59	UN			100	TE 50MM ESGOTO			
60	UN			90	TE 40MM SOLDÁVEL			
61	UN			90	TE 50MM SOLDÁVEL			
62	UN			90	TE SOLDÁVEL 25 MM			
63	UN			90	TE 32MM SOLDÁVEL			
64	UN			90	TE SOLDÁVEL COM REDUÇÃO 32MM X 25MM			
65	UN			320	TELHA CUMEEIRA EM ALUZINCO 1,10MX0,60M			
66	UN			220	TELHA CUMEEIRA 15° 6MM EM FIBROCIMENTO 110X53CM			
67	UN			120	TELHA ONDULADA FIBRA INCOLOR 1MM 2,4MX1,10M			
68	UN			110	TELHA DE FIBROCIMENTO 2,4M X 1,10M 5MM			
69	UN	1710	570		TELHA ONDULADA FIBROCIMENTO 6MM 1,83MX1,10M			
70	LT			275	THINNER 900ML			
71	UN			26000	TIJOLOS 06 FUROS GRANDE 10X14X19			
72	UN			26000	TIJOLO DE CANCHA			
73	LT	237	78		TINTA ACRÍLICA ACETINADA, COR BRANCO GELO, EM LATA COM 18 L.			
74	LT	237	78		TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO COR AZUL CELESTE, 18 LITROS			
75	LT			283	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO COR AZUL ESCURO PARA PISO 18 LITROS			
76	LT			142	TINTA PISO , COR CINZA, GALÃO 18 LITROS			
77	LT			295	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO BRANCA LATA C/ 18 LITROS			
78	GL			160	TINTA ESMALTE SINTÉTICO AUTO BRILHO AZUL FRANÇA 3,6 LTS			
79	GL			61	TINTA ESMALTE SINTÉTICO SEMI-BRILHO AMARELO 3,6L			
80	GL			102	TINTA ESMALTE SINTÉTICO SEMI-BRILHO BRANCO 3,6L			
81	GL			82	TINTA ESMALTE SINTÉTICO SEMI-BRILHO, COR VERDE			

					FOLHA, 3.6L			
82	GL			70	TINTA ESMALTE SINTÉTICO SEMI-BRILHO VERMELHO 3,6L			
83	GL			72	TINTA ESMALTE SINTÉTICA, COR SALMÃO, 3,6 LITROS			
84	GL			75	TINTA ZARCÃO COR CINZA 3,6 LITROS.			
85	UN			140	TORNEIRA 3/4 PRETA PARA JARDIM.			
86	UN			98	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO CROMADA BICA BAIXA 1/2'			
87	UN			130	TUBO PARA CAIXA DE DESCARGA 40MM, 1,20M			
88	UN			110	TUBO PVC ESGOTO 300MM X 6M			
89	SC			185	REJUNTE BRANCO SACO DE 1KG			
90	UN			330	RIPA DE CEDRINHO 5 CM X 2 CM X 3 METROS			
91	UN			175	ROLO PARA PINTURA EM ESPUMA DE 5 CM COM SUPORTE			
92	UN			160	ROLO DE ESPUMA 9CM C/ CABO			
93	UN			145	ROLO DE ESPUMA 23CM, COM GARFO			
94	UN			145	ROLO DE ESPUMA 23 CM, SEM GARFO			
95	UN			175	ROLO DE LÃ 9CM SEM GARFO			
96	UN			185	ROLO DE LÃ, 15CM, C/CABO, SEM RESPINGO.			
97	UN			175	ROLO DE LÃ, 15CM, SEM GARFO			
98	UN			175	ROLO DE LÃ 23CM SEM GARFO, ALTURA DA LÃ 9MM, EM POLIAMIDA TRAMADA EM TECIDO			
99	UN			210	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO C/GARFO 23 CM. ALTURA DA LÃ 22MM			
100	UN			74	VASO SANITÁRIO BRANCO			
101	GL			55	TINTA ESMALTE SINTÉTICO SEMI BRILHO, COR PRETO, GALÃO DE 3,6 LITROS			
102	GL			90	TINTA ESMALTE SINTÉTICO SEMI BRILHO, COR CINZA MÉDIO, GALÃO DE 3,6 LITROS			
103	GL			70	TINTA ESMALTE SINTÉTICO SEMI BRILHO, COR BRANCO GELO, GALÃO DE 3,6 LITROS			

104	UN			50	LUVA DE PRESSÃO 32MM			
105	UN			50	LUVA DE PRESSÃO 25MM			
106	UN			50	LUVA DE PRESSÃO 20MM			
107	M			3000	MANGA PRETA 3/4 2,5MM			
108	M			3000	MANGA PRETA 1 " X 2,5MM			
109	M			3000	MANGA PRETA 1' 1/4 X 2,5MM			
110	M²			100	PISO DE BORRACHA PASTILHADO 50X50X2MM.			

OBS: Os quantitativos estão previstos no item 1.4. deste edital, a proposta deverá ser preenchida conforme o interesse da empresa e Lei Complementar nº123/2006.

_____, _____, _____ de 2020

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO II

(fora dos envelopes nº 01 e 02)

TERMO DE CREDENCIAMENTO

(Nome da Empresa) _____, CNPJ n.º _____, sediada (endereço completo) _____, neste ato representado por seu sócio/gerente, o Sr. _____, brasileiro, estado civil, portador da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o n.º _____, residente e domiciliado nesta cidade, com poderes estabelecidos no ato de investidura (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de eleição do outorgante, etc.) conforme cópia em anexo, no uso de suas atribuições legais, nomeia e constitui seu bastante representante o Sr. _____, brasileiro, estado civil, cargo, portador da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o n.º _____, residente e domiciliado na cidade de _____, com poderes para representá-lo junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA, Secretaria de Planejamento, Departamento de Contratos e Licitações – DCL, podendo participar no presente processo licitatório **(PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2020/PP/SMPOP/DCL)**, apresentar a proposta, ofertar lances, manifestar intenção de interpor recursos, assinar atas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

_____, _____ de _____ de 2020.

Nome e Ass. do Rep. Legal da empresa e CNPJ

ANEXO III

(fora dos envelopes nº 01 e 02)

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, CNPJ n.º _____, sediada (endereço completo) _____, por seu representante abaixo assinado, declara, sob as penas da Lei, nos termos do inciso VII, artigo 4º da Lei Federal 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos da habilitação exigidos no Edital de **Pregão Presencial nº 15/2020/PP/SMPOP/DCL**.

_____, ____ de _____ de 2020.

Nome e Ass. do Rep. Legal da empresa e CNPJ

ANEXO IV

DECLARAÇÕES

Referente ao Edital nº 15/2020/PP/SMPOP/DCL

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Cédula de Identidade nº, inscrito no CPF nºDECLARA sob as penas da lei:

- I) Que em atendimento ao artigo 27, V da Lei 8666/93, acrescida pela Lei 9854/99, em cumprimento do disposto no XXXIII do art. 7º da Constituição; que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

....., ... de de 2020.

Nome e Ass. do Rep. Legal da empresa e CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos
ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº xx/2020/SMPOP/DCL

PREGÃO PRESENCIAL Nº xx/2020/PP

Ata de Registro de Preço, que entre si fazem o MUNICÍPIO DE SÃO BORJA, aqui representado pelo Prefeito **XXXXXXXXXXXXX**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 88.489.786/0001-01, com sede na Av. Aparício Mariense, 2751, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ nº 00.000.000/0000-00, com sede na Av. xxxxxxxxxxxxxx, nº 0000, Bairro xxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx/RS, vencedora e adjudicatária do pregão supra-referido, por seu representante legal, **XXXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF nº 000.000.000-00, Carteira de Identidade RG Nº 0000000000, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, acordaram em celebrar o presente instrumento, obedecidas as condições constantes no edital supra-referido e ata de reunião de julgamento de proposta, documentos estes que fazem parte integrante do presente contrato em todos os seus conteúdos mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preço de materiais de construção - II, cujas especificações detalhadas encontram-se no item 01- Do Objeto e no Anexo I, que acompanha o Edital, de acordo com o termo de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Vigência

2.1. A presente ata de registro de preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

2.2. Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, da Lei Municipal 3.025/2002 e do Decreto Municipal nº 8.497/2002, o CONTRATANTE não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os materiais cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – Dos Preços

3.1. Os preços ofertados pela CONTRATADA seguem detalhados na ata de julgamento, parte integrante deste, acumulando um total de **R\$ 00.000,00 (xxxxxxxxxxxxx)**, conforme descrições detalhadas:

3.2. Os preços, as descrições e quantidades são as seguintes:

Item	Un	Qtde	Descrição/Objeto	Valor médio de referência UNITÁRIO (R\$)	Valor médio de referência TOTAL (R\$)

CLÁUSULA QUARTA – Das Condições de Fornecimento

4.1. A CONTRATADA obriga-se a dar prioridade no atendimento a CONTRATANTE, bem como, executar o objeto contratado de forma imediata, conforme especificado nos termos do edital e inclusive em conformidade com a ata de julgamento, bem como de acordo com o que preceitua o Código Defesa Consumidor;

4.2. Toda e qualquer despesa relativa à execução do objeto da presente ata, correrá por conta exclusiva da CONTRATADA.

4.3. Deverá ser emitida a devida nota fiscal/fatura discriminativa, após a entrega dos materiais para efetivação do pagamento e liquidação.

4.4. Será recusado o objeto que não atender às especificações constantes na presente Ata.

4.5. Dentro do prazo de vigência contratual, a CONTRATADA está obrigada ao executar o objeto contratado, desde que obedecidas as condições do Pregão, conforme previsão do edital que precedeu a formalização dessa ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

4.6. A recusa da CONTRATADA em atender à substituição, levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.

4.7. A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos - SMPOP, poderá promover ampla pesquisa no mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os nele praticados, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

CLAUSULA QUINTA – Das Condições de Pagamento

5.1. Cumpridas as obrigações contratuais dispostas neste instrumento e no edital do Pregão, o pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias após a data da solicitação pela secretaria requisitante.

5.2. A presente despesa será suportada pela(s) seguinte(s) rubrica(s) do ano de 2020, cujo elemento é:
3.3.90.30.24.00.00.00.

5.3. O CNPJ/MF constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

5.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à CONTRATADA pela CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.

5.5. Em cumprimento ao disposto no Art. 40, XIV, alínea “c” da Lei 8.666/93, o índice a ser utilizado como critério de avaliação financeira para o caso de inadimplemento será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), e os juros de mora serão de 6% ao ano, a contar da notificação do inadimplemento.

CLÁUSULA SEXTA – Da Entrega

6.1. Fica estipulado o prazo de entrega de até 05 (cinco) dias úteis após recebimento da ordem de compra.

6.2. Os produtos deverão ter a validade de 12 (doze) meses a contar data do recebimento.

6.3. A contratada deverá entregar o objeto em perfeitas condições compatíveis com as obrigações assumidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

7.1. O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

- a) quando a CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;
- b) quando a CONTRATADA não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;
- c) quando a CONTRATADA solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;
- d) cometimento de irregularidade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos, suficiente a ponto da CONTRATANTE ter que promover a execução do objeto contratado, através da contratação de terceiros.
- e) atraso injustificado na execução do objeto.
- f) paralisação na execução do objeto contratado, sem justa causa, e prévia comunicação à CONTRATANTE.
- g) subcontratação total ou parcial da execução do objeto contratado.
- h) associação do contratado com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do objeto contratado.
- i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como de seus superiores.
- j) cometimento reiterado de faltas na execução do objeto ora contratado.
- k) decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da CONTRATADA.
- l) dissolução da CONTRATADA.
- m) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da Administração Pública, prejudique a execução deste contrato.

7.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado será formalizado em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

7.3. No caso de se tornar desconhecido o endereço da CONTRATADA, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

7.4. A rescisão contratual também se operará nos seguintes casos:

a) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado.

b) Supressão, unilateral por parte da CONTRATANTE, dos quantitativos dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.

c) Suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

d) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de fornecimentos de materiais, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

e) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

f) Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999.

7.5. A rescisão deste contrato poderá ser:

a) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

b) Judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual.

7.6. Nos casos de rescisão administrativa ou amigável, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE.

7.7. No caso de rescisão do contrato com fundamento em razões descritas nas alíneas "a" a "d" do item 7.4, será a CONTRATADA ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo, ainda, direito a pagamentos devidos pela execução do objeto contratado até a data da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA - Das Penalidades

8.1. O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

a) Advertência por escrito.

b) Multa de 10 % (dez) sobre o valor empenhado, limitado este a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

c) No caso de inexecução do contrato, a CONTRATADA será:

c.1) Suspensa temporária de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração por 02 (dois) anos.

c.2) Declarada de inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

d) As sanções previstas nos itens acima mencionados admitem defesa prévia do interessado no respectivo processo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa no prazo de 10 (dez) dias da abertura da vista.

e) As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

f) As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 5 (cinco) dias corridos a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.

g) As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo Índice Geral dos Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV).

h) Além das multas estabelecidas, a CONTRATANTE poderá recusar os materiais, se a sua apresentação não estiver de acordo com o exigido na descrição do objeto deste contrato e não for corrigida imediatamente.

i) A ocorrência ensejadora da recusa em aceitar o objeto contratado pela CONTRATADA, pode constituir motivo para aplicação do disposto nas alíneas "a" e "c" do presente item.

CLAUSULA NONA – Da Fiscalização

9.1. Cabe a Secretaria requisitante fiscalizar rotineiramente o objeto da presente Ata, quanto à quantidade, qualidade e modo de fornecimento e/ou execução.

9.2. Os fiscais da secretaria requisitante estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o produto que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que esteja sendo entregue inadequadamente ou que não atinja a finalidade que se destina.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

9.3. As irregularidades constatadas pela secretaria requisitante deverão ser comunicadas a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos - SMPOP, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades previstas.

CLAUSULA DÉCIMA – Dos Casos Fortuitos Ou de Força Maior

10.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a execução do objeto contratado:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

10.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela CONTRATADA.

10.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a secretaria requisitante, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Alterações Contratuais

11.1. Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações. Tais alterações serão celebradas mediante termo aditivo.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Dos Casos Omissos

12.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos - SMPOP, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1. Fica eleito o foro da comarca de São Borja do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos jurídicos.

São Borja, xx de xxxxxxx de 2020.

XXXXXXXXXXXXX
PREFEITO
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHA

NOME:
CPF:
ASSINATURA:

TESTEMUNHA

NOME:
CPF:
ASSINATURA: